



O IMPERIALISMO COMO QUESTÃO POLÍTICA E TEÓRICA NO SERVIÇO SOCIAL LATINO-AMERICANO: significado histórico e atualidade

Josefa Batista Lopes¹

Resumo

Este artigo aponta elementos de análise em torno do significado e da atualidade do imperialismo como categoria teórica-histórica e questão teórico-prática para o Serviço Social levantada pelo Movimento de Reconceitualização na América Latina, enquanto indica a importância da retomada do tema pelo debate histórico-crítico da profissão. Com base em pesquisa teórica e documental sob a orientação do método histórico-crítico referenciado no marxismo, sugere um movimento de análise que considere as implicações do imperialismo para a questão social e para o Serviço Social como profissão e área de conhecimento na América Latina, em face das grandes transformações contemporâneas com rearranjos geopolíticos e a emergência de novas potências econômicas e militares, no contexto da crise do capital sob a mundialização neoliberal e da crise de hegemonia do imperialismo estadunidense.

Palavras-chave: Imperialismo; crise do capital; mundialização neoliberal; crise de hegemonia estadunidense; Serviço Social latino-americano

IMPERIALISM AS A POLITICAL AND THEORETICAL ISSUE IN LATIN AMERICAN SOCIAL WORK: historical significance and current relevance

Abstract

This article points to elements of analysis surrounding the meaning and current relevance of imperialism as a theoretical-historical category and a theoretical-practical issue for Social Work, raised by the Reconceptualization Movement in Latin America, while indicating the importance of revisiting the theme through the historical-critical debate of the profession. Based on theoretical and documentary research guided by the historical-critical method referenced in Marxism, it suggests an analytical approach that considers the implications of imperialism for the social question and for Social Work as a profession and area of knowledge in Latin America, in the face of major contemporary transformations with geopolitical rearrangements and the emergence of new economic and military powers, in the context of the crisis of capital under neoliberal globalization and the crisis of hegemony of US imperialism.

Keywords: Imperialism; Crisis of Capital; neoliberal globalization; crisis of hegemony of US imperialism; Latin American Social Work.

Artigo recebido em: 27/05/2026 Aprovado em: 21/08/2026

DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v30Epe30305>

¹ Assistente Social. Mestrado e doutorado em Serviço Social. Professora Associada aposentada da Universidade Federal do Maranhão, onde ingressou por concurso público em 1971 e foi coordenadora do Curso de Graduação em Serviço Social (1977-1980). É vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA onde exerceu a função de Coordenadora eleita para o biênio 2006/2007. Participa do Grupo de Estudo, Pesquisa e Debate em Serviço social e Movimento Social - GSERMS/UFMA e OPLS.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo, destinado ao número especial da RPP relativa à XII JOINPP, tem como base e reelabora o texto da exposição que apresentei na Mesa Redonda com o tema “CEM ANOS DE SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA NOS MARCOS DO IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE: nas malhas do conservadorismo e das lutas emancipatórias no continente”, como parte do “COLÓQUIO CEM ANOS DE SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA¹, no âmbito do tema geral do evento “IMPERIALISMO, COLONIALISMO, RACISMO E GUERRAS: balanço e perspectivas emancipatórias”/100 anos do Serviço Social na América Latina”. Realizado em setembro de 2025, o evento afrontou uma conjuntura de profunda crise do capitalismo, de crise da hegemonia do império estadunidense e do sistema de governança global construído depois da Segunda Guerra Mundial, representado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e foi determinante na definição do tema; acirrou-se desde então e, no momento em que faço um registro necessário de um tempo de guerras, muito perigoso e sombrio da história da humanidade. Após a maior onda de genocídio do povo palestino² a partir de Israel com apoio dos Estados Unidos, a guerra contra o Irã, perpetrada pela aliança do império estadunidense com o Estado de Israel, ganhou destaque com ampla repercussão internacional e ameaças de extermínio ao povo iraniano em luta na defesa de seu território, por soberania, desde o último ataque realizado, na madrugada de 28 de fevereiro de 2026, em meio a “negociações”³ entre Estados Unidos e Irã, desencadeando o atual período da guerra, constituído em um conflito iniciado desde a Revolução Islâmica no Irã, em 1979.⁴

O tema da mesa redonda “CEM ANOS DE SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA NOS MARCOS DO IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE: nas malhas do conservadorismo e das lutas emancipatórias no continente”, como parte do colóquio que comemorou a criação da primeira Escola de Serviço Social na América Latina em 1925, em uma iniciativa do Estado no Chile, aponta uma linha de análise sobre a inserção da profissão no desenvolvimento histórico do continente. Um processo que parte da necessidade de formação dos intelectuais da prática assistencial desenvolvida naquele país e daí se expandiu no continente com a mediação da Igreja católica em vinculação com o Estado, construindo a concepção tradicional da profissão, sob a influência do pensamento europeu, em especial franco-belga e logo, no segundo pós-guerra, hegemonizada pela influência norte-americana estadunidense, que se manteve até meados da década de 60 do século XX, em uma aparente homogeneidade e imunidade em relação às lutas e contradições da sociedade em torno do projeto oligárquico-burguês em crise na América Latina. A partir da metade da década de 1960, no entanto, iniciou-se na profissão um movimento de crítica, em relação a suas bases fundadoras e a uma tendência de modernização conservadora no continente que preconizava o desenvolvimentismo, em

um contexto mundial de avanço das ideias e dos “apelos de um padrão de civilização alternativo” (Fernandes, 1987, 251) ao capitalismo, o socialismo, instaurado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a partir da Revolução Russa de 1917, no qual a América Latina entrou em um período de profunda agitação social, no final da década de 1950 e início da década de 1960, com especificidades em diferentes países. Motivada pelos movimentos progressistas e revolucionários em diferentes partes do mundo, destacadamente: a Revolução chinesa, com a vitória do Exército de Libertação Popular, em 1949, liderado pelo Partido Comunista Chinês com Mao Tse-Tung à frente; a guerra do Vietnã de 1955 a 1975; as duas grandes expressões do movimento popular que se tornaram referência no mundo no século XX - o maio de 1968 na França, espreado mundialmente e o Festival de Woodstock⁵, realizado em agosto de 1969 -; a ascensão do movimento feminista, a revolução das mulheres⁶; enquanto no continente latino-americano, a vitória da Revolução Cubana, em 1959⁷, constituiu-se um impulsionador das forças progressistas de esquerda, contando com o apoio do movimento de renovação da Igreja Católica, pela tendência da teologia da libertação⁸, desde o Concílio Vaticano II (1962-1965) e a destacada atuação acadêmica-política dos intelectuais, em especial daqueles vinculados à crítica das ciências sociais e humanas⁹, com forte incidência sobre o Serviço Social na formação de uma nova cultura¹⁰ e subjetividade dos profissionais dessa área, em ruptura com o assistencialismo e o filantropismo que marcara o início da profissão no continente.

O tema da mesa, portanto, situa um processo histórico específico de um longo período no qual, neste artigo, faço um recorte com referência ao Movimento de Reconceituação do Serviço Social, desencadeado em 1965, considerando o desenvolvimento dessa profissão no âmbito da estratégia de controle social do capital, conforme entendido por Mészáros (2002, 983), em meio às relações contraditórias na atuação da profissão no continente, entre a política de modernização conservadora e as lutas sociais pela construção de uma alternativa de sociedade na perspectiva da emancipação como necessidade histórica da classe trabalhadora e de toda a humanidade (Lopes, 1998); e repõe o *imperialismo*, como um dos temas centrais colocados em debate no Serviço Social pelo Movimento de Reconceituação na América Latina de grande relevância histórica no despertar para questões cruciais na formação da consciência histórico-crítica dos profissionais, os assistentes sociais, no exercício da profissão nas sociedades de capitalismo dependente e profundamente desiguais como as sociedades latino-americanas, conforme as análises de Ruy Mauro Marini (2000, p.105). E o repõe considerando a atualidade e a urgência de retomada do tema pelo debate crítico nas ciências sociais e, por conseguinte, no Serviço Social, em face das grandes transformações, desde a crise do capital de 1974/75 sobre a qual vale a pena revisitar Ernest Mandel (1990) e a administração dessa crise no seu enfrentamento sob a ideologia neoliberal que incluiu a derrubada URSS, mas acirrada no século XXI,

agora como crise do neoliberalismo, crise da hegemonia estadunidense e crise do sistema de governança global construído depois da Segunda Guerra Mundial, representado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Transformações que emergem nas malhas contraditórias das crises e das lutas nacionais e internacionais, com a constituição de novos sujeitos que confrontam a hegemonia do império estadunidense do pós colapso da URSS, em um movimento de formação de uma nova ordem multipolar com a consolidação de novas potências econômicas e militares, destacadamente a China e a Rússia e a formação de novos blocos de países em desenvolvimento, como o chamado Sul Global, os BRICS e ASEAN — Associação de Nações do Sudeste Asiático e vários outros menos expressivos, mas importantes no movimento.

2 O IMPERIALISMO COMO QUESTÃO PARA O SERVIÇO

O imperialismo foi colocado para o Serviço Social, inicialmente como questão política a partir do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina, em meio a intenso debate e contestação, animada pela vitória da Revolução Cubana, em 1959, sobre duas grandes questões: a Doutrina Monroe, instituída em 1823 com o lema “América para os americanos”, pelo presidente americano James Monroe, e é base histórica das políticas intervencionistas e imperialistas dos Estados Unidos para a América Latina até hoje; e a dependência das sociedades latino-americanas, pensadas no conjunto das sociedades de capitalismo periférico cujo desenvolvimento histórico depende do capitalismo central sob controle imperialista. Iniciados na década de 60 do século XX no leito dos movimentos do pensamento crítico animados com a vitória da Revolução Cubana, o debate sobre a dependência, que em última instância contém o monroismo, ganhou maior relevância e estatura teórica no início da década de 70 daquele século, tendo em Ruy Mauro Marini uma de suas maiores expressões, através da “Dialética da Dependência”, publicada em 1973¹¹.

Marini (2000, p.109) entende a dependência como

[...] uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe.

Com essa concepção ele ressalta a pertinência do que denomina “fórmula de André Gunder Frank sobre o ‘desenvolvimento do subdesenvolvimento’” (Marini, 2000, p.109), fazendo ao mesmo tempo *uma crítica da crítica* que a esta fórmula foi feita à época. Mas Marini toma o cuidado de destacar uma “debilidade real do trabalho de Frank” que reside em considerar a situação de dependência igual à situação colonial; e é categórico ao afirmar que não é igual. E esta é uma

advertência importante para os estudiosos da América Latina, frequentemente marcados pela história de opressão do processo de colonização. Segundo ele: “Ainda que se dê uma continuidade entre ambas, não são homogêneas” (2000, p. 109). As condições de desenvolvimento da teoria da dependência foram dadas a partir do momento de consolidação do capitalismo monopolista.

Florestan Fernandes (1981, p. 59) em uma de suas obras clássicas, “Sociedade de Classes e subdesenvolvimento”, anotou que naquela ocasião o capitalismo monopolista vinha “alterando rapidamente o quadro dos ajustamentos entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas”. Segundo ele

O impacto das influências do capitalismo monopolista é tão forte que já não se pode pensar que ‘internalização de centros de decisão’ seja equivalente a ‘nacionalização dos interesses econômicos’ e produza autonomia de crescimento econômico, onde estejam presentes firmas que internacionalizam o fluxo do capitalismo monopolista. A própria integração do mercado latino-americano está sendo incentivada atualmente, sob esse impacto, para estruturar-se uma economia de consumo de dimensões suficientes à existência e à expansão daquelas firmas.

Sob o capitalismo monopolista, a recessão generalizada de 1974/75, a primeira depois do período expansivo da economia no pós II Guerra Mundial, golpeou simultaneamente todas as potências imperialistas, em uma “crise de superprodução” (Mandel, 1990, p.9) que se constituiu o motor das condições para a grande transformação ocorrida no processo de *saída neoliberal* da crise.

O fato de a recessão ocorrer em um momento que grande parte dos países da América Latina estava envolta no último ciclo de ditaduras militares do continente¹² atribuiu importantes particularidades na incidência da crise sobre esses países; e, certamente, também no processo posterior que resultou na adesão de cada um deles ao *neoliberalismo* como projeto mundial em nível econômico e político-ideológico para a *saída* da crise. Não é o caso de entrar nos detalhes dos processos particulares, mas é importante apontar a profunda contradição vivida no continente nesse período, fortemente marcado pela vitória da revolução cubana, em 1959, e nesse sentido destacar: a) uma observação de Perry Anderson (1995, p.19) de que o Chile “sob a ditadura de Pinochet [...] tem a honra de ter sido o verdadeiro pioneiro do ciclo neoliberal da história contemporânea.[...] começou seus programas de maneira dura: desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização dos bens públicos”¹³; b) a constituição de movimentos de massa no campo e nas cidades, fortalecidos na resistência contra as ditaduras militares, em nível político e econômico¹⁴ com forte apoio na teologia da libertação da Igreja Católica¹⁵; e do pensamento crítico que avançava nas ciências humanas e sociais, com forte influência da vitória da Revolução Cubana em 1959. E nesse movimento a teoria da dependência desnudou a dependência do desenvolvimento do continente em relação aos países do capitalismo central de cuja formulação, além de Ruy Mauro Marini

destacaram-se Florestan Fernandes, André Günter Frank, citados acima, e Fernando Henrique Cardoso; mas no movimento, destaco ainda, entre tantas obras, pelo menos mais duas¹⁶: as “Veias Abertas da América Latina” de Eduardo Galeano (1976) e “Ideologia do Desenvolvimento. Brasil: JK-JQ” de Miriam Limoeiro Cardoso (1977). São construções teóricas que, entre tantas outras, alimentaram e estimularam o debate crítico nos meios acadêmicos e populares ao qual se vinculou o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina, deflagrado em 1965, apesar da carência de bases teórico-críticas, e até mesmo por ela, de cujo debate destaco as principais questões (Lopes, s/d, p.5) que ganharam centralidade no debate específico de Serviço Social no período inicial desse movimento: a) as relações de domínio imperialista dos Estados Unidos com os países da América Latina; b) as relações de exploração e expropriação das classes dominantes sobre as classes trabalhadoras e subalternas no capitalismo; c) a vinculação do Serviço Social à ideologia e aos interesses das classes dominantes, no exercício profissional como funcionários de empresas, da Igreja e do Estado; d) a necessidade de a profissão, vincular-se às classes subalternas, em compromisso com os interesses dessas classes; e) o mito da neutralidade da profissão e o desvendamento de seu caráter político; f) a função assistencialista da profissão; g) o pragmatismo e o empirismo do Serviço Social, dependente da literatura europeia e norte-americana e de manuais de orientação de prática; h) a dicotomia teoria e prática. São questões, entre tantas outras, enfrentadas em nível teórico e prático, ao longo dos 61 anos desde a deflagração do Movimento de Reconceituação que desencadeou a formação histórico-crítica no Serviço Social como profissão e área de conhecimento na América Latina, construindo uma compreensão histórico-crítica da questão social, objeto da intervenção profissional e sobre a natureza e a função social da profissão considerando a divisão social do trabalho (Iamamoto, Carvalho, 1982, p. 71), no âmbito da estratégia de controle social¹⁷ pelo capital na particularidade das sociedades de capitalismo dependente. E nesse sentido, a organização política acadêmica-profissional do Serviço Social constituiu-se uma das mais significativas mediações¹⁸ na análise, debate e enfrentamento coletivo dessas questões que permearam todo o processo de construção e maturidade da alternativa crítica de orientação marxista em Serviço Social na América Latina (Lopes, 2025) e continuam vigentes em sua sustentação nos dias atuais.

A organização política acadêmica-profissional do Serviço Social de caráter internacionalista, no entanto, não é uma novidade do Movimento Reconceituação. Ela tem início na América Latina logo em seguida à sua criação, em 1925, e expansão no continente como profissão de nível superior, sob a coordenação e direção da Igreja Católica¹⁹ e vinculou-se ao pan-americanismo, quando esta corrente organizativa das nações americanas se firma como estratégia dos Estados Unidos para ganhar hegemonia no continente e o “lema de Monroe, ‘A América para os americanos’, converte-se de fato em ‘América para os norte-americanos’” (Castro, 1987, p. 129). E avança, em

especial, após a Segunda Guerra Mundial com a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA) sob a hegemonia dos Estados Unidos que, com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), como blocos político-econômico antagônicos, aliados na guerra que derrotou o nazifascismo e, ao saírem fortalecidos, promoveram a divisão do mundo em dois grandes blocos, o capitalista e o socialista, dando início à longa “guerra fria” do século XX da qual a URSS saiu derrotada em uma completa derrocada.

Ainda que grupos expressivos de profissionais tenham mantido vínculos com essa forma de organização²⁰, o movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina confrontou-se com o pan-americanismo, apontando a crítica ao intervencionismo do imperialismo estadunidense no continente e o significado particular para o Serviço Social latino-americano e propor a criação de organismos de organização autônoma desses profissionais no continente, de orientação internacionalista. É produto deste movimento a criação, em 1965, em Lima, Peru, da Asociación Latinoamericana de Escuelas de Servicio Social (ALAESS) que, embora “no mesmo ano de deflagração do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina, ocorre no interior do V Congresso Pan-americano de Serviço Social e em articulação com os processos organizativos e de formação profissional do pan-americanismo. (Lopes, 2025). Enquanto o processo de ruptura da ALAESS com o pan-americanismo e o fechamento do ciclo dos congressos pan-americanos de Serviço Social da Organização dos Estados Americanos (OEA)²¹, têm início em 1971, com a eleição do equatoriano Luiz Araneda para presidente da ALAESS, mas só se consolida de fato a partir da assembleia seguinte, realizada na Costa Rica, em 1974. Essa assembleia elege a mexicana Beatriz de la Veja como presidente e uma junta diretiva que rompe totalmente com a tutela americana (Cornely, 2004, p. 54) com um programa em que a ALAESS passou a ampliar a participação dos estudantes. É o período da fundação do Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS), a partir do Projeto do Instituto de Solidariedade Internacional-ISI (órgão da Fundação Konrad Adenauer)²² que foi passado para a ALAESS, constituindo-se como seu organismo acadêmico. Essa passagem foi registrada no documento base de fundação do CELATS, “*Formación del Centro Latinoamericano de Trabajo Social. Conclusiones del Encuentro ISI-ALAESS*” que, segundo Lima (1984, p. 16), foi elaborado pelos chilenos Diego Palma e Tereza Quiroz e o colombiano Juan Mojica. Ressalte-se que, embora conste a denominação ALAETS no documento, a mudança da denominação de ALAESS para ALAETS²³ só ocorreu na assembleia realizada na República Dominicana, em 1977, onde foi eleito o brasileiro Seno Cornely que marcou sua gestão com uma ampla mobilização de filiação das escolas de Serviço Social à ALAETS.

Se devo demarcar que a discussão sobre o *imperialismo, como temática ou como questão teórica não logrou o espaço devido e necessário na crítica aberta pelo movimento*, é uma exigência histórico-política demarcar que a ALAETS e o CELATS²⁴, como organismos latino-americanos, foram significativamente importantes no processo de produção de conhecimento e na luta por superação do pragmatismo sob o qual se originou a profissão e na prática que lhe é demandada no cotidiano da intervenção profissional; fundamental na formação de uma nova cultura e direção histórico-crítica dos assistentes sociais em que a crítica ao imperialismo como “fase superior do capitalismo” (Lênin, 1979) e na concretude particular do imperialismo estadunidense em relação ao continente. Um processo que ganhou relevância e aprofundamento na profissão à medida em que avançaram os estudos e análises do capitalismo sob a orientação de Marx e do marxismo nas quais se destaca a análise do capitalismo monopolista (Fernandes, 1987; Netto, 1992), bases seguras para o avanço das pesquisas e o debate sobre o imperialismo como categoria teórica-histórica e questão teórico-prática para o Serviço Social e na luta pela superação do capitalismo.

3 CRISE DO CAPITALISMO, CRISE DE HEGEMONIA DO IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE E RECONFIGURAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL: implicações para o Serviço Social latino-americano

A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto todo o conjunto das relações sociais [...] O contínuo revolucionamento (Umwälzung) da produção o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza e a agitação eternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Todas as relações fixas e cristalizadas, com seu séquito de crenças e opiniões tornadas veneráveis pelo tempo, são dissolvidas, e as novas envelhecem antes mesmo de se consolidarem. Tudo que é sólido e estável se volatiliza, tudo que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente obrigados a encarar com sobriedade e sem ilusões sua posição na vida, suas relações recíprocas (Marx; Engels, 1988, p. 69).

As transformações contemporâneas são uma expressão desse movimento contínuo de revolucionar todo o conjunto das relações sociais da burguesia em nível interno de cada país, no Estado-nação, e em nível internacional, na relação entre nações. “A necessidade de mercado cada vez mais extensos para seus produtos impele a burguesia para todo o globo terrestre. Ela deve estabelecer-se em toda parte, instalar-se em toda parte, criar vínculos em toda parte” (Marx; Engels, 1988, p. 69). Nesse movimento são constituídas as bases das transformações históricas das sociedades capitalistas em todas as dimensões da vida, e, assim, só uma análise rigorosa das “relações de força”, como “problema das relações entre estrutura e superestrutura” (Gramsci, 2000b, p. 36), pode reconstruir a formação hegemônica e também a crise de hegemonia do império estadunidense, considerando “as relações entre estrutura e superestrutura, por um lado, e, por outro,

entre o curso do movimento orgânico e o curso do movimento de conjuntura da estrutura” (Gramsci, 2000b, p. 40)²⁵. Mas neste artigo, parto do fato vastamente reconhecido na realidade concreta e na literatura sobre o tema e faço indicações que considero essenciais para uma reflexão sobre a crise de hegemonia do imperialismo estadunidense, como crise do capitalismo que está na base da reconfiguração da questão social e produz implicações diretas e indiretas no Serviço Social latino-americano, em particular na alternativa crítica do Serviço Social com orientação em Marx e no marxismo, construída a partir do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina.

É importante destacar que a hegemonia estadunidense se firmou como hegemonismo sem contendor, ou seja, como “poder unipolar”, desde a derrocada da experiência socialista da URSS fundada com a Revolução Russa de 1917. Marca o “fim da guerra fria” com a simbólica queda do muro de Berlim, em 1989, em um movimento de avanço do conservadorismo reacionário no mundo, sustentado pela expansão mundial da economia de flexibilização da produção e do trabalho sob a ideologia neoliberal²⁶, a partir da eleição de Margaret Thatcher na Inglaterra, em 1979, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, em 1980 em um movimento de busca de *superação* da crise do capital de 74/75. E dar-se em tal dimensão que Chesnais, Duménil, Lévy e Wallerstein (2003), na análise dessas transformações, se colocam a pergunta que dá origem ao livro “Uma nova fase do capitalismo?”, de cujas respostas destaco a de Chesnais. Para a “‘nova fase’ significa novo regime de acumulação no seio do estágio imperialista do capitalismo – imperialismo compreendido no sentido leninista” (Chesnais; Duménil; Lévy; Wallerstein, 2003, p. 13)

É uma fase que sintetiza um profundo processo de reestruturação das relações de produção e de trabalho, orientado pela ideologia neoliberal e sob a hegemonia do capital financeiro²⁷, o capital rentista, no qual as condições objetivas e subjetivas das lutas sociais no mundo que animaram o Movimento de Reconceituação na América Latina, foram metamorfoseadas com uma profunda fragmentação da classe trabalhadora e, por conseguinte, operou-se uma expressiva *reconfiguração da questão social*, objeto do Serviço Social e de todas as práticas sociais, com ampla desvantagem para os sujeitos das lutas emancipatórias. A classe trabalhadora perdeu grande parte de suas conquistas históricas, tragadas pela contra-revolução burguesa no novo “*regime de acumulação ‘flexível’*” (Harvey, 1992, p.119)²⁸ que, filiado à complexa dinâmica do “capital portador de juros” (Chesnais, 2005, p.35), flexibilizou a organização da produção e do trabalho, mediante a reestruturação do sistema fordista e fordista-keynesiano. Segundo Harvey (1992, p.125) o sistema fordista, cuja data simbólica de seu início é 1914, formou

[...] a base de um longo período de expansão do segundo pós-guerra que se manteve mais ou menos intacto até 1973. [...] se aliou firmemente ao keynesianismo, e o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance

mundial que atraiu para sua rede inúmeras nações descolonizadas. [...] O equilíbrio de poder, tenso, mas mesmo assim firme, que prevalecia entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo e a nação-Estado, e que formou a base de poder da expansão do pós-guerra não foi alcançado por acaso – resultou de anos de luta.

Esse movimento de flexibilização da organização da produção e do trabalho, filiada à complexa dinâmica do “capital portador de juros”, operou uma profunda virada econômica e ideológica, portanto, na estrutura e na superestrutura da sociedade. Ao promover a reestruturação da organização da produção e do trabalho, forjou também a reação conservadora no modo de pensar e de agir, a cultura e a ideologia da chamada pós-modernidade; metamorfoseou as relações de exploração, dominação e humilhação com a crescente terceirização da produção, a precarização do trabalho e a fragmentação da classe trabalhadora (Antunes, 1999 p. 216), basilares no arrefecimento do movimento operário e na fragmentação das lutas sociais. As instituições clássicas, tradicionais do movimento operário, os sindicatos e partidos políticos, que avançavam na direção da organização dos trabalhadores como classe, desde o século XIX, passaram por um processo de transformismo no sentido gramsciano²⁹: os sindicatos foram, em grande parte esvaziados e os partidos políticos de esquerda foram metamorfoseados e, afastando-se da perspectiva emancipatória, a maior parte tornou-se partido da ordem. Sob o signo da fragmentação da classe trabalhadora e das lutas sociais tem surgido uma variedade de tendências em torno das formas de organização das lutas sociais algumas das quais, em grande medida, alimentam o identitarismo, na medida em que a identidade do sujeito da luta se desconhece como *ser da classe*. Trata-se de um forte movimento na estrutura das sociedades que, emoldurado pelo chamado movimento de “contra-cultura”³⁰ logrou confrontar-se ao movimento de construção da formação social socialista como alternativa ao capitalismo. A reestruturação das relações de produção e de trabalho atingiu, portanto, mais profundamente a classe trabalhadora em seu projeto histórico de classe para si, uma condição essencial na emancipação dessa classe e da humanidade, em uma sociabilidade alternativa ao capitalismo, mediante um processo em que a “nação-Estado” tinha papel importante no “equilíbrio de poder tenso, mas mesmo assim firme, que prevalecia entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo e a nação-Estado” no sistema fordista e fordista-keynesiano, como o demonstra Harvey.

Entendida aqui como mediação na relação capital trabalho, a nação-Estado opera a política no nível das relações nacionais e internacionais e se constitui a expressão mais visível do imperialismo que está “indissoluvelmente ligado ao capitalismo na sua forma atual” (Lênin, 1979, 109)³¹. E é na condição de nação-Estado, maior potência do capitalismo mundial, que os Estados Unidos da América vê sua hegemonia de dominação imperial se desintegrar, desde o fim do regime fordista americanista e acelerado no pós neoliberalismo, enquanto assiste o crescimento econômico de

vários países da periferia do capitalismo que, articulados em blocos, veem discutindo sua condição de dependência e construindo mecanismos de soberania na relação com os países de capitalismo central, em especial com os Estados Unidos. São países da América Latina, da Ásia, da África, ao lado da emergência da China como uma nova grande potência econômica mundial e da Rússia como potência militar que avançam em uma reconfiguração geopolítica em defesa do multilateralismo com vistas a participar das decisões globais e a cujo movimento o governo de extrema direita de Donald Trump vem reagindo com força exacerbada impondo uma política externa baseada no lema de sua campanha eleitoral "Make America Great Again" ou "Faça a América Grande Novamente". O lema em si denuncia a crise do império, mas, com a força econômica e militar que ainda detém, também representa uma forte ameaça a todo o mundo, em especial a todos aqueles países e lideranças políticas que representem ameaça a esse projeto, ao poder do império; além daqueles mais frágeis nos quais identifique algum tipo de interesse econômico, como a Venezuela com o petróleo, ou político, como Cuba, cuja vitória da revolução, em 1959, em seu "quintal", o império jamais assimilou.

Ou seja, a crise de hegemonia do imperialismo estadunidense é real e expressa o mais elevado grau da crise do capitalismo, agora como crise do neoliberalismo, a via de saída da crise do capital de 74/75. Mas não significa o seu fim. Como diz Gramsci (2000b, p. 184) "o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno verificam-se os fenômenos patológicos mais variados". E são inúmeras as manifestações de "fenômenos patológicos" ao longo da história do capitalismo, destacando-se no atual momento o avanço mundial da extrema direita que, fortalecida pelo governo Trump e sua "indústria da mentira"³² e a forte ascensão do nazi-fascismo vêm se mostrando um grande desafio para as forças progressistas, semelhante ao que enfrentaram na Segunda Guerra Mundial.

Destacadamente em relação à América Latina, o Governo Trump deu vigência à Doutrina Monroe, com o lema "América para os americanos", em um período particularmente dramático para as lutas emancipatórias no continente, inclusive porque dramático para a luta emancipatória de toda a humanidade. Com o esgotamento do ciclo de lutas aberto no final da década de 1950 animado pela vitória da Revolução Cubana em 1959 e o avanço da reação conservadora liderada pela direita e extrema direita, sob a bandeira do neoliberalismo, a América Latina vive um dos piores momentos desse período para sua perspectiva progressista, emancipadora, tendo vários países governados pela extrema direita, claramente alinhados a Trump e às políticas econômicas e sociais de retrocesso, contra interesses dos trabalhadores. E o sequestro de um presidente de uma nação que se pretende soberana, eleito pelo povo, como ocorreu com o Presidente Maduro da Venezuela, pelo governo Trump dos Estados Unidos, através de uma ação militar no dia 3 de janeiro de 2026, é uma agressão inimaginável para o atual estágio de civilização dos povos, para além do motivo real ou forjado pela

“indústria da mentira”. É a exacerbação do intervencionismo, quando já não são suficientes as medidas de bloqueio e sanções ao estilo “Ou a bolsa ou a vida! Ou a ordem burguesa, ou a fome”, como definiu Gramsci (Cfr. Losurdo, 2012, p. 39) os mecanismos com maiores chances de sucesso do que as intervenções militares. Cuba tem resistido com bravura ao bloqueio iniciado em 1960, portanto, logo após a vitória da revolução, recrudescido por um ato do presidente John F. Kennedy, em 1962, e alcançou um nível mais agressivo e violento com o “embargo do petróleo” feito em janeiro de 2026 por Trump que, ademais, ameaça invadir a Ilha revolucionária ao Estilo do que fez com a Venezuela.

Tem-se um quadro em que, a frase de Rosa Luxemburgo “Socialismo ou barbárie”, segundo Mészáros (2003), “adquiriu uma urgência dramática. Não existem rotas conciliatórias de fuga [...] somente uma alternativa radical ao modo estabelecido de controle da reprodução do metabolismo social pode oferecer uma saída da crise estrutural do capital”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas considerações finais deste artigo reafirmo, como dito na introdução, a atualidade do imperialismo como questão teórico-prática e um dos eixos de questões postas pelo Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina, no movimento de construção da alternativa crítica na profissão, em ruptura com o conservadorismo que caracterizou sua origem e expansão nesse continente; e se impõe no *movimento de sustentação* dessa alternativa no Serviço Social nas condições objetivas atuais de avanço da extrema direita, mas também de luta de resistência e enfrentamento, em todo o mundo e na América Latina em particular. Se na sua especificidade o Serviço Social na América Latina avançou e superou sua relação de dependência teórica e travou a luta ideológica em torno da concepção de Serviço Social e sua mediação nas relações de classes, na relação estrutura e superestrutura, a análise crítica do imperialismo em crise é fundamental na compreensão das condições objetivas para o movimento de sustentação da alternativa crítica que se tornaram mais complexas do que aquelas nas quais foi gestado e se desenvolveu o Movimento de Reconceituação na América Latina, desde a derrocada da URSS, a experiência socialista do Leste Europeu, responsável, em grande medida, pelas conquistas da classe trabalhadora no confronto com o capital ameaçado pela alternativa socialista como realidade.

E nesse sentido, ao completar 110 anos agora em 2026, o livro de Lênin (1979)³³ ainda é atual, fundamental, e tem muito a dizer à luta dos povos por soberania, contra o imperialismo e o colonialismo em suas expressões contemporâneas e, em especial, à luta por emancipação, como uma *necessidade histórica* da classe trabalhadora, explorada, dominada e humilhada. Tem muito a dizer, em particular, ao movimento de articulação internacional do Serviço Social, orientado pelo mais

importante dos legados do Movimento de Reconceituação à profissão no continente que não é homogênea: a alternativa crítica do Serviço Social na qual a vinculação consciente dos profissionais aos interesses da classe trabalhadora impõe o compromisso com a *necessidade histórica* de emancipação dessa classe e de toda a humanidade, o que supõe a superação do capitalismo e do imperialismo. Um desafio complexo em nível teórico e político que se impõe, em particular pelas contradições de sua constituição, sobretudo em sua dimensão interventiva, mas também nas demais dimensões do Serviço Social – formação, produção de conhecimento e organização política profissional. Evidentemente, 110 anos depois da publicação da obra de Lênin, torna-se necessária a atualização das análises, considerando os movimentos concretos do desenvolvimento do capitalismo e sua expansão por todo o “globo terrestre” na chamada globalização, sob a hegemonia do capital financeiro. E muitas atualizações vêm avançando, como por exemplo: Harvey (2004), Boron (2002) e Losurdo (2010). Com essa referência, impõe-se a necessidade de uma clara visão crítica sobre o significado e as tendências das relações internacionais do Serviço Social na América Latina e a necessidade de uma estratégia para a articulação do Serviço Social no continente e em relação à ALAEITS orientada pela concepção histórico-crítica do internacionalismo e que considere o movimento geopolítico contemporâneo.

Destaco a particularidade do Brasil onde há diferentes formas e vias de articulação internacional realizadas por uma ampla rede de organismos mundiais, continentais, nacionais, estaduais e locais que envolvem profissionais e estudantes, incluindo as universidades. Cabe atenção especial à via em expansão no país com incentivo dos organismos de apoio à pesquisa e à pós-graduação que hoje fazem exigência em torno da articulação internacional, a internacionalização do trabalho acadêmico; uma via que vem sendo trilhada sem a mediação das instituições de organização política nacional ou continental, específicas de Serviço Social, mas através das unidades de formação profissional, das universidades. A realidade é desafiadora para as instituições de organização política do Serviço Social como instituições de mediação do desenvolvimento da profissão que reúne diferentes correntes de pensamento, mas cuja direção não é neutra. Elas são fundamentais e as exigências para responderem de modo adequado e crítico às necessidades atuais são cada vez mais complexas, na complexidade do movimento histórico das sociedades latino-americanas, no âmbito do movimento das classes, das forças políticas e do rearranjo geopolítico contemporâneo. A realidade concreta desse movimento é motivadora do retrocesso na profissão, como em todas as práticas sociais, na direção do conservadorismo reacionário que avança em todo o mundo e em particular no continente, cujos países nem experimentaram o Estado de Bem-Estar, como ocorreu na Europa e nos Estados Unidos, mas

veem enfrentando profundos retrocessos em relação a conquistas sociais, econômicas e políticas que alcançaram ao longo da história. Mas há luta, resistência e esperança, apesar das derrotas

A esperança alimenta a resistência na luta e construção de uma sociedade igualitária que garanta a emancipação das classes e da humanidade. Nesse sentido ganha força a mensagem que Salvador Allende transmitiu no último discurso ao povo chileno, em 1973, após o qual foi atacado pelo golpe militar sob as ordens de Augusto Pinochet, no palácio presidencial: "Mucho más temprano que tarde, de nuevo se abrirán las grandes alamedas por donde pase el hombre libre para construir una sociedad mejor" (Allende, 1973)

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILE, Pablo; SADER, Emir. **Pós-neoliberalismo. As políticas Sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, Boitempo, 1999.

CHESNAIS, François; DUMÉNIL, Gerard; Dominique, LÉVY; Immanuel WALLERSTEIN. **Uma nova fase do Capitalismo?** São Paulo, Cemarx/UNICAMP, Xamã, 2003

CHESNAIS, François. **A Finança mundializada**. Raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo, Boitempo, 2005

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo: Cortez; Celats, 1987/1987

CORNELY, S. A. História da organização político acadêmica do Serviço Social na América Latina. **Temporalis**, Porto Alegre, ano 4, n. 7, 2004.2004

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e Classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987

FREDERICO, Celso. **A esquerda e o Movimento Operário. 1964-1984**. Vol. 3. A Reconstrução. Belo Horizonte, Oficina do Livro, 1991.

GRAMSCI, **Cadernos do Cárcere**. v. 1. Introdução ao Estudo da Filosofia. A Filosofia de Benedetto Croce. Organização e tradução de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1999

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. v. 2. Os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. Organização e tradução de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2000a

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. v. 3, Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000b.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. v. 4. Temas de Cultura, Ação Católica. Americanismo e Fordismo. Organização e tradução de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2001.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo, Edições Loyola, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, 2008

LOSURDO, Domenico. A indústria da mentira como parte integrante da máquina de guerra imperialista. In: DOMENICO Losurdo. **Colonialismo e luta anti-colonial**. São Paulo, Boitempo, 2020

LOSURDO, Domenico. **Fuga dalla storia?** Napoli, La Scuola di Pitagora editrice, 2012

LÊNIN, V. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo, Global Editora, 1979

LIMA, Leila. **Una parte de la historia del trabajo social**: seis años en el CELATS. Lima: CELATS, 1984. (Nuevos Cuadernos CELATS).

LÖWY, Michel. **Marxismo e teologia da libertação**. São Paulo: Cortez, 1991.

LOPES, J. B. A organização política acadêmica e a alternativa crítica em Serviço Social na América Latina. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, v. 148 (1), e-6628498, 2025

LOPES, Josefa Batista. **O Serviço Social na América Latina. Nas malhas da modernização conservadora e do projeto alternativo de sociedade**. São Paulo, PUC/Tese de Dourado em Serviço Social, 1998

LOPES, Josefa Batista. As lutas sociais operárias e populares no Brasil: a eleição do PT para o governo da República no fim de um ciclo. CD-ROOM da **II Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA, 2005

LOPES, Josefa Batista. **50 anos do movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina**: da crítica ao Serviço Social tradicional à construção de uma alternativa crítica. São Luís: GSERMS, s/d

MARX, Karl; Friedrich ENGELS. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis, Vozes, 1988

MANDEL, Ernest. **A crise do capital. Os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo, Ensaio; Campinas, São Paulo, Editora UNICAMP, 1990

MÉSZÁROS, István. A Necessidade de Controle Social. In: MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital**. São Paulo, Boitempo, 2002

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis, Vozes/Buenos Aires, CLACSO, 2000

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo, Cortez Editora, 1992

PEIXOTO, Fernando (org.). **Encontro de intelectuais pela soberania dos povos de nossa América**. São Paulo: Hucitec, 1982

Trotsky, Leon. **O imperialismo e a crise da economia mundial**. Textos sobre a crise de 1929. São Paulo, José Luís e Rosa Sundermann, 2008

Notas

¹ A referida mesa redonda contou com a participação de Leila Lima Santos (ACNUR/Brasil/Colômbia), Sergio Andrés Quintero Londoño (UCALDAS/Colômbia) e eu, Josefa Batista Lopes (UFMA/Brasil). Além da Mesa Redonda o Colóquio envolveu também uma “homenagem à assistente social Leila Lima Santos, em reconhecimento a sua destacada contribuição a esse processo de transformação do Serviço Social na América Latina e em particular no Brasil, destacadamente notadamente no período de 1970 a 1980, quando o Serviço Social, a partir de uma forte organização profissional, marcada pela efetiva participação de Leila Lima Santos, avançou com a orientação histórico-crítica, em relação às bases fundadoras, sustentadas no pragmatismo, no empirismo, no assistencialismo e no conservadorismo, enquanto se apropriava de novos referenciais históricos e teóricos-metodológicos críticos e lograva inserção na universidade pública” (Folder homenagem, 2026)

² Iniciada com a invasão de Israel à Faixa de Gaza, em 27 de outubro de 2023, com uma intensa campanha de bombardeios, após um ataque surpresa a Israel das forças de resistência comandadas pelo Hamas, em 7 de outubro de 2023, contra a expropriação e ocupação da Palestina pelo Estado de Israel, desde a sua criação em maio de 1948, com base em resolução 181 da ONU, de 1947, que dividiu a Palestina em dois estados, judeu e árabe, mas apenas o Estado judeu (sionista) foi efetivamente instituído. Um ato que gerou conflitos imediatos e a guerra árabe-israelense, diante do deslocamento forçado de grandes massas do povo palestino, constituindo-se uma verdadeira catástrofe, Nakba, como a tragédia é denominada esse povo.

³ Trata-se efetivamente de “não negociação”, uma vez que as exigências são de cumprimento das determinações de caráter intervencionista do império estadunidense que pretende submeter um Estado-nação soberano, à revelia da Organização das Nações Unidas (ONU) e das leis internacionais.

⁴ A partir de então o islamismo e a política islamista assumem papel relevante no anti-imperialismo estadunidense, em um movimento que avançou para o rompimento das relações entre Irã e Estados Unidos e teve início o longo histórico de sanções dos Estados Unidos contra o Irã.

⁵ Woodstock foi mais que um festival de música, como foi apresentado em sua proposta. Com o “maio de 1968” na França, expressa uma tendência das lutas sociais que buscavam se diferenciar dos movimentos revolucionários com centralidade no proletariado que se sintetizaram na Revolução Russa de 1917. Para uma análise dessa tendência ver, por exemplo, A sociedade do Espetáculo de Ruy Debord (2007).

⁶ É importante demarcar o significado que os movimentos pela emancipação da mulher tiveram para uma profissão que nasce como “profissão de mulher”

⁷ Até hoje a Revolução Cubana é referência na luta em “defesa da soberania dos povos latino-americanos, ameaçada, constantemente pela agressividade do imperialismo norte-americano” (Peixoto, 1982, p. 12), no âmbito do bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos logo após a vitória da revolução cubana e mantido até hoje, quando alcançou um nível mais agressivo e violento mediante o “embargo do petróleo” feito presidente Trump, em janeiro de 2026, através de uma medida que, além de Cuba, atinge com sanções os países que forneçam petróleo a esse país.

⁸ A emergência dessa corrente de pensamento na Igreja Católica foi um marco importante para o Serviço Social na América Latina onde a profissão surgiu e construiu lastros históricos, sob os auspícios do conservadorismo dessa instituição. Sobre a teologia da libertação ver Löwy (1991)

⁹ Os intelectuais críticos realizaram um forte movimento de contestação à tendência do pensamento conservador, hegemônica nas ciências humanas e sociais sobre a América Latina e os países do continente em particular, contribuindo

O IMPERIALISMO COMO QUESTÃO POLÍTICA E TEÓRICA NO SERVIÇO SOCIAL LATINO-AMERICANO: significado histórico e atualidade

para o avanço nas análises e interpretações críticas de orientação marxista. Cabe uma referência especial a uma síntese desse movimento no “Encontro de Intelectuais pela Soberania dos Povos de nossa América”, realizado em Cuba, em 1981, cuja relação de participantes e temas discutidos pode ser conferida na publicação específica (Peixoto, 1982, p. 205-217).

¹⁰ Sobre a formação de uma nova cultura, ver as análises de Antonio Gramsci nos “Cadernos do cárcere”, em especial os volumes 1, 2 e 4 da tradução brasileira publicada pela Editora Civilização Brasileira (Gramsci, 1999, 2000a e 2001).

¹¹ Vários outros pensadores importantes dedicaram-se ao tema, dos quais destaco Florestan Fernandes em três obras: a) “Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina” que reúne ensaios escritos entre 1969 e 1971; b) “Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento” com ensaios de 1968, 1972 e 1975; c) “A revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica”, uma das maiores obras de interpretação do Brasil, publicada em 1974.

¹² Destaco os períodos das ditaduras nos países do Cone Sul: Brasil (1964-1985), Argentina (1966-1973; 1976-1983); Chile (1973-1990); Uruguai (1973-1985); Paraguai (1954-1989)

¹³ Segundo Perry Anderson (1995, p.19), na atual fase, tudo “foi começado no Chile quase um decênio antes de Thatcher na Inglaterra”, mas demarca que o “neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem foi *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, escrito em 1944” (ANDERSON, 1995, p. 9)

¹⁴ No caso do Brasil, por exemplo, ocorreu uma adesão considerada tardia, em função da eclosão e avanço do ciclo de lutas operárias e populares ascendentes até 1988, quando foi promulgada a chamada Constituição Cidadã (LOPES, 2005), que fechou o período autoritário das ditaduras militares e ingressou em um novo ciclo de democracia representativa. É no início desse novo ciclo que o país adere ao projeto neoliberal com o primeiro presidente eleito pelo voto popular após a ditadura militar.

¹⁵ Lembre-se aqui, particularmente, as Comunidades Eclesiais de Base. Sugiro aqui a leitura da obra de Michel Löwy *Marxismo e Teologia da Libertação* (1991) com atenção para a observação do autor sobre o interesse de Gramsci e Bloch para questões religiosas, mas ressaltando Bloch como mais adequado ao tema de sua análise.

¹⁶ Citar apenas essas obras e intelectuais, dá uma certa frustração diante da imensa e densa produção teórica do pensamento crítico que vicejou e se desenvolveu no período, em todas as áreas de conhecimento, mas destacadamente nas ciências humanas e sociais no continente e na maioria dos países, ainda que mais em uns do que em outros.

¹⁷ Penso o controle social a partir da análise de István Mészáros (2002)

¹⁸ Tenho presente as análises sobre a mediação como categoria no pensamento de Marx e na tradição marxista, destacadamente, as análises desenvolvidas por Mészáros (2002) com atenção às mediações de segunda e de primeira ordem que, por si só exige um artigo específico, situando as instituições de organização acadêmico política do Serviço Social nessas análises.

¹⁹ A criação das Escolas de Serviço Social na América Latina está diretamente vinculado à tendência à mundialização da Igreja Católica que, em direção a este continente se expressa de modo organicamente articulado à expansão do capitalismo e é um aspecto relevante a ser considerado na história de criação e expansão do Serviço Social neste continente.

²⁰ No Brasil o exemplo significativo é o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social (CBCISS), órgão do International Council on Social Welfare - ICSW que, por sua vez, é um órgão consultivo do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, com representação em mais de 70 países. (<http://www.icsw.org/whatis.html>).

²¹ Esses congressos tiveram início em 1945, sendo o primeiro realizado no Chile. Todo o processo pode ser visto em Castro (1987, p. 154).

²² Trata-se de um organismo da Democracia Cristã Alemã, um dos maiores partidos políticos da Alemanha, que desenvolve política internacional, através das chamadas Organizações Não Governamentais (ONGs), como também o faz o Partido da Democracia Social, através da Fundação Frierich.

²³ Há poucas referências de análise crítica sobre essa mudança que tem na base o debate político teórico-crítico realizado nos países que falam castelhano, no âmbito do Movimento de Reconceituação, sobre a nomeação da profissão como “*Servicio Social*” e o profissional como “*asistente social*”. Resultou daí a mudança e a nomeação passou, respectivamente,

para “*Trabajo Social*” e “*trabajador social*”. Sobre o debate, ver Ander-Egg *et al.* (1975, p. 264) para quem a mudança não é apenas semântica. O debate não foi feito no Brasil. O porquê é um tema em aberto para pesquisadores da história.

²⁴ O projeto ALAETS/CELATS foi forçado a encerrar-se, nos termos como se desenvolveu até o final da década de 1990, fundamentalmente, pelo fim do financiamento da Fundação Konrad Adenauer. Os dois organismos foram unificados na *Asociación Latinoamericana de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social* (ALAEITS), fundada em Santiago do Chile, em 2006 (Lopes, 2025).

²⁵ Segundo Gramsci, (2000b, p. 36-37) “[...] no estudo de uma estrutura devem-se distinguir os movimentos orgânicos (relativamente permanentes) dos movimentos que podem ser chamados de conjuntura (e que se apresentam como ocasionais, imediatos, quase acidentais). Também os fenômenos de conjuntura dependem, certamente, de movimentos orgânicos, mas seu significado não tem amplo alcance histórico: eles dão lugar a uma crítica política miúda, do dia a dia, que envolve os pequenos grupos dirigentes e as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder. Os fenômenos orgânicos dão lugar à crítica histórico-social, que envolve os grandes agrupamentos, para além das pessoas imediatamente responsáveis e do pessoal dirigente. Quando se estuda um período histórico, revela-se a grande importância dessa distinção”.

²⁶ As eleições desses governos marcam o início da administração da crise do capital agravada na primeira metade de 1970, em um processo que se expande aos poucos e de modo diferenciado pelo mundo, no chamado fenômeno da globalização. Na América Latina, só para citar dois casos, o Chile é precursor, conforme Perry Anderson (1995, p.19), e a ditadura de Pinochet já nasce neoliberal; enquanto o Brasil, no momento dessas eleições, estava iniciando um ciclo de lutas emancipatórias, tendo como principal referência as greves operárias de 1978/1979 no ABC paulista (Frederico, 1991, p. 23) que marcam até hoje, muito fortemente a história do país, em especial pela liderança de Luís Inácio da Silva, cuja liderança foi forjada nessas lutas.

²⁷ Para um avanço no estudo e debate sobre a hegemonia financeira na atual fase do capitalismo ver, entre outros, os textos da coletânea organizada por François Chesnais “A Finança mundializada. Raízes sociais e políticas, configuração, consequências”, publicada no Brasil pela Boitempo. E também outra coletânea, “Uma nova fase do capitalismo?” (CHESNAIS, et al. 2003), obra na qual me apoio, particularmente, na partida do debate sobre a atual fase do capitalismo, ou seja, a tese de que as transformações ocorridas no desenvolvimento do capitalismo, a partir da década de 70 do século XX, constituíram uma nova fase do capitalismo.

²⁸ Harvey (1992, p.119), cauteloso diante do “perigo de confundir as mudanças transitórias e efêmeras com as transformações de natureza mais fundamental da vida político-econômica”, entende que: “os contrastes entre as práticas político-econômicas da atualidade e as do período de expansão do pós-guerra são suficientemente significativas para tornar a hipótese de uma passagem do fordismo para o que poderia ser chamado regime de acumulação ‘flexível’ uma reveladora maneira de caracterizar a história recente”.

²⁹ Uma das tantas referências do tema nos Cadernos do Cárcere pode ser encontrada no Caderno 3 (Gramsci, 2000b, p. 201)

³⁰ Para alguns estudiosos esse movimento tem no “maio francês de 1968” e no Festival de Woodstock realizado em 1969, seus dois maiores marcos, expressando uma tendência das lutas sociais que buscavam se diferenciar dos movimentos revolucionários com centralidade no proletariado fortalecidos com a vitória da Revolução Russa de 1917. Para uma análise dessa tendência ver, por exemplo, A sociedade do Espetáculo de Ruy Debord (2007)

³¹ Escrito em 1916 e publicado em 1917 “Imperialismo fase superior do capitalismo” permanece vigente e uma obra indispensável ainda hoje.

³² Ver artigo de Domenico Losurdo “A indústria da mentira como parte integrante da máquina de guerra imperialista” (Losurdo, 2020, p. 75)

³³ Escrito em 1916 e publicado pela primeira vez em meados de 1917, foi traduzido e teve a primeira edição publicada no Brasil em 1979 pela Global.